

**X LEGISLATURA**  
**ACTA Nº 114/X/4ª SL**

Aos cinco dias do mês de Maio de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, havendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Apreciação e votação das actas nº 107 (24 Março), 108 (02 Abril) e 109 (08 Abril).**
2. **Apreciação e votação dos relatórios referentes às Audiências concedidas:**
  - *União dos Sindicatos de Castelo Branco - CGTP-IN*
  - *Associação Agentes Funerários de Portugal - AAFP*
  - *Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses - QUALIFICA*
3. Apreciação e votação do parecer referente à **Proposta de Lei 256/X/4ª - "Aprova o regime geral dos bens do domínio público."** Rel: Dep<sup>a</sup> Rosário Águas (PSD)
4. Apreciação e votação do relatório referente ao **Projecto de Lei 613/X/4ª - "Regime jurídico dos empreendimentos turísticos."** Rel: Dep. José Mendes Bota (PSD)
5. Discussão do **Projecto de Resolução 392/X/4ª - "Recomenda ao Governo a racionalização do regime de apanha lúdica e de semi-subsistência."**
6. Apreciação do **pedido de audiência da DECO.**
7. **Relatórios de Petições.**
8. Distribuição da **Proposta de Lei 267/X/4ª - "Autoriza o Governo a aprovar o Código Florestal"**
9. **Outros assuntos**
  - Expediente
  - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das actas nº 107 (24 Março), n.º 108 (2 Abril) e n.º 109 (8 Abril)**, as mesmas foram aprovadas com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, registando-se a abstenção do PCP e a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e PEV.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação dos relatórios referentes às Audiências concedidas**, os relatórios das Audiências à União dos Sindicatos de Castelo Branco - CGTP-IN e à Associação Agentes Funerários de Portugal - AAFP foram aprovados com os votos favoráveis do PS e PSD e a abstenção do PCP e BE (este último GP por ausência nas audiências). Quanto ao Relatório da Audiência concedida à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, este foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e BE e a abstenção do PCP. Em ambas as votações registou-se a ausência do CDS-PP e PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de Lei 256/X/4ª - "Aprova o regime geral dos bens do domínio público"**, a Sr. Deputada Rosário Águas apresentou o Parecer, sintetizando o objectivo da iniciativa legislativa, que considerou razoável, oportuna e útil, ainda que questionando sobre se a iniciativa deveria ter baixado à CAEIDR ou a outra Comissão. Deu conta da proposta de grandes alterações ao conceito de domínio público, recordou o Parecer enviado pelas Regiões Autónomas, o Parecer recebido no próprio dia da reunião pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (e ausência de parecer da Associação Nacional de Freguesias). Tratando-se de uma matéria tão importante e os pareceres entretanto chegados à Comissão serem, com fundamento,

desfavoráveis e até suscitarem questões de constitucionalidade, concluiu, sugerindo que das conclusões constasse um pedido de audição à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG). De seguida, interveio o Sr. Deputado Jorge Seguro, que concordou com as dúvidas suscitadas pela Sra. Deputada Rosário Águas sobre a Comissão competente, em razão da matéria, para apreciar a referida iniciativa legislativa. Discordou quanto à questão das audições, recordando que o disposto no artigo 141º do Regimento da Assembleia da República não explicita se a audição deve ocorrer em sede de generalidade ou de especialidade. Discordou, igualmente, das dúvidas sobre eventuais inconstitucionalidades. Discordou, ainda, sobre a possibilidade de audições em sede de especialidade, recordando a diligência da Mesa em solicitar os pareceres devidos. Enfim, solicitou que os diversos pontos das Conclusões fossem votados autonomamente. O Sr. Presidente recordou as disposições da Conferência de Presidentes de Comissões em matéria de competências das Comissões, segundo as quais podem ser solicitados pareceres à CACDLG. Não havendo mais intervenções, o Parecer foi submetido a votação, tendo os considerandos sido rejeitados com os votos contra do PS e favoráveis do PSD e BE. Quanto às conclusões, os pontos 1, 3, 4 e 5 foram aprovados por unanimidade, tendo os pontos 2, 6, 7, 8 e 9 sido rejeitados com os votos contra do PS e favoráveis do PSD e BE. Estiveram ausentes os GP do PCP, CDS-PP e PEV. O Sr. Presidente deu conta que o Parecer seria enviado ao Presidente da Assembleia da República, como habitualmente, com o resultado das votações.

No ponto 4 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do relatório referente ao Projecto de Lei 613/X/4ª - "Regime jurídico dos empreendimentos turísticos"**, o GP do PSD dispensou a apresentação do Parecer. A Sra. Deputada Hortense Martins interveio, sugerindo nomeadamente que do ponto 3 das conclusões se alterasse a redacção para "pretendem criar um *novo* Regime", dado que o próprio Parecer se referia ao regime actualmente vigente. O Sr. Deputado Carlos Poço deu a anuência à proposta da Sra. Deputada Hortense Martins. Não havendo mais intervenções, o Parecer foi submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade, com a ausência dos GP do CDS-PP e PEV.

No ponto 5 da Ordem do Dia, referente à **Discussão do Projecto de Resolução 392/X/4ª - "Recomenda ao Governo a racionalização do regime de apanha lúdica e de semi-subsistência"**, foi efectuada a discussão do referido Projecto de Resolução (cf. Informação, anexa a esta acta).

No ponto 6 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação do pedido de audiência da DECO**, foi consensualmente deliberado conceder a audiência, tendo o Sr. Deputado Jorge Seguro sugerido que a audiência fosse concedida conjuntamente com a CAE, visto tratar-se de matéria de incidência europeia. O Sr. Presidente, em face da anuência geral, solicitou que cada Grupo Parlamentar indicasse um representante para a audiência. O Sr. Deputado Jorge Seguro deu conta da sua própria indicação, bem como da Sra. Deputada Idalina Trindade.

No ponto 7 da Ordem do Dia, referente aos **Relatórios de Petições**, o Sr. Presidente fez um ponto de situação das Petições pendentes, tendo solicitado às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados relatores o agendamento dos respectivos relatórios.

No ponto 8 da Ordem do Dia, relativo à **Distribuição da Proposta de Lei 267/X/4ª - "Autoriza o Governo a aprovar o Código Florestal"**, o Sr. Presidente informou que a elaboração do Parecer caberia ao GP do BE, tendo sido nomeada a Sra. Deputada Alda Macedo. O Sr. Presidente recordou que a discussão da referida iniciativa legislativa em Plenário estava, já, agendada para o dia 22 de Maio.

No ponto 9 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta da iniciativa da Associação Empresarial de Portugal – Compro o que é Nosso, tendo merecido o acolhimento por parte dos diversos GP. Foi discutida uma data para concretização da iniciativa sugerida pela AEP.

A reunião foi encerrada às 16h40, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Maio de 2009.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

*Rui Vieira*

Nota: Acta aprovada na reunião de 9 de Junho de 2009.

## Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Alda Macedo
- Carlos Poço
- David Martins
- Hélder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Horácio Antunes
- Jorge Fão
- Jorge Tadeu Morgado
- Miguel Tiago
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Hugo Velosa
- José Luís Ferreira
- Magda Borges
- Mendes Bota

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques